4 — Finda a inspecção de um posto, o responsável pela inspecção elabora o respectivo relatório, do qual constará, além da situação geral do posto, as matérias especiais que constem das instruções recebidas e as propostas que julgue necessárias à disciplina dos funcionários e ao melhoramento dos serviços.

5 — O responsável pela inspecção pode, logo que finde a inspecção de um posto, propor à consideração superior as medidas que julgue inadiáveis.

Artigo 8.º

Direitos e prerrogativas

Os responsáveis pelas inspecções, no exercício das suas funções, gozam dos direitos e prerrogativas seguintes:

- a) Acesso aos serviços objecto de intervenção;
- b) Utilizar instalações adequadas ao exercício das suas funções em condições de dignidade e eficácia e obter a colaboração de funcionários que se mostre indispensável;
- c) Corresponder-se com quaisquer entidades públicas ou privadas sobre assuntos de interesse para o exercício das suas funções ou para obtenção dos elementos que se mostrem indispensáveis;
- d) Proceder ao exame de quaisquer elementos em poder de entidades objecto de intervenção da Inspeção, quando se mostrem indispensáveis à realização das respectivas tarefas;
- e) Proceder à selagem de quaisquer instalações, dependências, cofres ou móveis, bem como à requisição ou reprodução de documentos em poder de serviços ou organismos objecto de intervenção da Inspeção, quando se mostre indispensável à realização de quaisquer diligências, para o que será levantado o correspondente auto, dispensável no caso de simples reprodução de documentos.

Artigo 9.º

Dever de sigilo

Os funcionários da Inspeção estão sujeitos ao segredo profissional.

CAPÍTULO IV

Pessoal

Artigo 10.º

Pessoal

1 — A Inspeção Diplomática e Consular dispõe do pessoal dirigente constante do quadro anexo ao presente diploma, que dele faz parte integrante.

2 — O restante pessoal será destacado da Secretaria-Geral, por despacho do secretário-geral, sob proposta do inspector-geral.

3 — Podem ser designados para missões temporárias ou extraordinárias no âmbito da Inspeção Diplomática e Consular, quando as circunstâncias o aconselhem, embaixadores ou ministros plenipotenciários na disponibilidade, por despacho do Ministro dos Negócios Es-

trangeiros, os quais ficam adstritos à Inspeção apenas pelo período de tempo necessário ao cumprimento da missão.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 4 de Novembro de 1993. — *Aníbal António Cavaco Silva* — *Jorge Braga de Macedo* — *José Manuel Durão Barroso*.

Promulgado em 21 de Janeiro de 1994.

Publique-se.

O Presidente da República, MÁRIO SOARES.

Referendado em 24 de Janeiro de 1994.

O Primeiro-Ministro, *Aníbal António Cavaco Silva*.

ANEXO

Quadro a que se refere o n.º 1 do artigo 10.º

Inspector-geral	1
Adjunto	1

Decreto-Lei n.º 56/94

de 24 de Fevereiro

Pelo presente diploma estabelece-se a orgânica do Departamento de Assuntos Jurídicos, serviço criado pela reestruturação do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

A este serviço é cometido o tratamento e acompanhamento das questões que relevam quer do direito internacional quer do direito interno, no âmbito do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Assim:

Nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 201.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

CAPÍTULO I

Natureza e atribuições

Artigo 1.º

Natureza

O Departamento de Assuntos Jurídicos é o serviço central do Ministério dos Negócios Estrangeiros que visa assegurar a consulta e apoio ao Ministério nas questões de índole jurídica, muito em particular no domínio do direito internacional.

Artigo 2.º

Competências

1 — No domínio do direito internacional, compete ao Departamento de Assuntos Jurídicos:

- a) Emitir pareceres, responder a consultas e elaborar estudos sobre matérias de natureza jurídica internacional;
- b) Preparar e assegurar a participação portuguesa na negociação de tratados e acordos internacionais que versem a protecção da pessoa e a

cooperação jurídica, em colaboração com os serviços do Ministério ou de outros departamentos governamentais;

- c) Prestar assistência na negociação de outros tratados e acordos internacionais;
- d) Acompanhar o processo destinado a ultimar a vinculação internacional do Estado Português;
- e) Exercer as funções de depositário dos tratados e acordos internacionais, quando o Estado Português tenha sido designado para esse efeito;
- f) Colaborar com o Instituto Diplomático na organização e publicação da sinopse e da colecção dos tratados e acordos internacionais de que o Estado Português seja parte;
- g) Participar em comissões nacionais ou internacionais e em reuniões ou conferências internacionais que versem matéria da sua competência;
- h) Prestar assistência nas questões contenciosas internacionais em que o Estado Português seja parte;
- i) Proceder à transmissão e recebimento dos processos de extradição;
- j) Proceder à transmissão e recebimento de cartas rogatórias e precatórias, assim como de outros actos judiciais interessando países estrangeiros.

2 — No domínio do direito interno, compete ao Departamento de Assuntos Jurídicos:

- a) Emitir pareceres, responder a consultas e elaborar estudos sobre matérias de natureza jurídica interna;
- b) Colaborar na preparação e redacção dos projectos de diploma, quando solicitado;
- c) Preparar projectos de resposta nos recursos contenciosos e, bem assim, acompanhar os respectivos processos nas suas diferentes fases processuais;
- d) Intervir em quaisquer processos de sindicância, inquérito ou disciplinares, sempre que determinado;
- e) Apoiar as entidades competentes na preparação e acompanhamento dos processos necessários ao julgamento das questões em que esteja envolvido qualquer serviço do Ministério.

CAPÍTULO II

Órgãos e serviços

Artigo 3.º

Direcção

1 — O Departamento de Assuntos Jurídicos é dirigido por um director, equiparado, para todos os efeitos, a director-geral.

2 — O cargo de director do Departamento de Assuntos Jurídicos pode, também, ser provido nos termos da lei geral.

Artigo 4.º

Serviços

Para o exercício das suas competências, o Departamento de Assuntos Jurídicos compreende:

- a) A Direcção de Serviços de Direito Internacional;
- b) A Direcção de Serviços de Direito Interno;
- c) O Núcleo de Tradutores Oficiais.

Artigo 5.º

Direcção de Serviços de Direito Internacional

1 — Cabe à Direcção de Serviços de Direito Internacional o desenvolvimento das actividades necessárias ao exercício das competências previstas nas diversas alíneas do n.º 1 do artigo 2.º

2 — O cargo de director de serviços de direito internacional pode, também, ser provido nos termos da lei geral.

Artigo 6.º

Direcção de Serviços de Direito Interno

1 — Cabe à Direcção de Serviços de Direito Interno o desenvolvimento das actividades necessárias ao exercício das competências previstas nas diversas alíneas do n.º 2 do artigo 2.º

2 — O cargo de director de serviços de direito interno pode, também, ser provido nos termos da lei geral.

Artigo 7.º

Núcleo de Tradutores Oficiais

1 — Na directa dependência do director do Departamento de Assuntos Jurídicos funciona o Núcleo de Tradutores Oficiais, ao qual compete verter, com a maior fidelidade possível, para as línguas dos diferentes países onde tenham de produzir efeitos, os documentos oficiais portugueses e, também, traduzir ou autenticar traduções para português de documentação oficial estrangeira que deva produzir efeitos em Portugal.

2 — O Núcleo de Tradutores Oficiais deve integrar funcionários da carreira de tradutor.

CAPÍTULO III

Pessoal e regime administrativo

Artigo 8.º

Pessoal

1 — O Departamento de Assuntos Jurídicos dispõe do pessoal dirigente constante do quadro anexo ao presente diploma, que dele faz parte integrante.

2 — O restante pessoal será destacado da Secretaria-Geral, por despacho do secretário-geral, sob proposta do director do Departamento.

Artigo 9.º

Regime administrativo

A gestão das verbas necessárias ao funcionamento do Departamento de Assuntos Jurídicos é feita pelo Departamento Geral de Administração.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 4 de Novembro de 1993. — *Aníbal António Cavaco Silva* — *Jorge Braga de Macedo* — *José Manuel Durão Barroso*.

Promulgado em 21 de Janeiro de 1994.

Publique-se.

O Presidente da República, MARIO SOARES.

Referendado em 24 de Janeiro de 1994.

O Primeiro-Ministro, *Aníbal António Cavaco Silva*.

ANEXO

Quadro a que se refere o n.º 1 do artigo 8.º

Director-geral	1
Director de serviço	2

Decreto-Lei n.º 57/94

de 24 de Fevereiro

No quadro de uma política de transparência e de abertura da Administração assume particular relevância o estabelecimento de estruturas com funções específicas no domínio da comunicação social.

É, portanto, oportuno modernizar e agilizar a estrutura do Ministério dos Negócios Estrangeiros que se ocupa do tratamento destas questões, autonomizando-a da Secretaria-Geral.

Assim:

Nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 201.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

CAPÍTULO I

Natureza e atribuições

Artigo 1.º

Natureza

O Gabinete de Informação e Imprensa é o serviço central do Ministério dos Negócios Estrangeiros que visa assegurar a coordenação e realização de acções no domínio da comunicação social e da divulgação da informação aos serviços externos.

Artigo 2.º

Competências

Compete ao Gabinete de Informação e Imprensa:

- a) Coordenar a acção de todos os serviços e organismos do Ministério no âmbito da comunicação social;

- b) Recolher, seleccionar e difundir as informações noticiosas com interesse para os diferentes serviços e organismos;
- c) Assegurar a transmissão da informação noticiosa que deva ser divulgada;
- d) Prestar assistência e apoio aos correspondentes estrangeiros acreditados em Portugal, bem como coordenar os contactos daqueles profissionais e demais jornalistas estrangeiros com entidades oficiais;
- e) Organizar e conservar o arquivo dos recortes de imprensa ou outros suportes informativos;
- f) Acompanhar e coordenar a acção dos conselheiros e adidos de imprensa;
- g) Participar na negociação e acompanhar a execução dos contratos visando o fornecimento de material informativo, por entidades exteriores ao Ministério.

CAPÍTULO II

Órgãos e serviços

Artigo 3.º

Direcção

O Gabinete de Informação e Imprensa é dirigido por um director, equiparado, para todos os efeitos, a subdirector-geral.

Artigo 4.º

Serviços

Para o exercício das suas competências, o Gabinete de Informação e Imprensa compreende:

- a) A Direcção de Serviços de Comunicação Social;
- b) A Divisão de Informação.

Artigo 5.º

Direcção de Serviços de Comunicação Social

1 — Compete à Direcção de Serviços de Comunicação Social:

- a) Assegurar as relações do Ministério com outros serviços do Estado em todos os assuntos que digam respeito à comunicação social;
- b) Assegurar o relacionamento do Ministério com os órgãos de comunicação social nacionais e estrangeiros;
- c) Colaborar na organização e acompanhar as deslocções oficiais do Ministro e de altas autoridades estrangeiras a Portugal.

2 — A Direcção de Serviços de Comunicação Social é dirigida por um director de serviços.

Artigo 6.º

Divisão de Informação

1 — Compete à Divisão de Informação:

- a) Acompanhar as acções dos conselheiros e adidos de imprensa, com vista a uma correcta coordenação das mesmas;